

BATISTA, HOMERO

*const. 1891; dep. fed. RS 1891-1893 e 1906-1914; pres. BB 1914-1918; min. Faz. 1919-1922.

Homero Batista nasceu em São Borja (RS) no dia 30 de janeiro de 1860, filho do professor Felisberto Batista da Costa, presidente da Câmara Municipal da cidade, e de Henriqueta de Sá Batista. Seu irmão Álvaro Batista foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1915 a 1923 e de 1927 a 1929.

Em 1879 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e ao mesmo tempo trabalhou como tipógrafo e jornalista em folhas republicanas, entre elas a *Tribuna Liberal* e o *Jornal da Tarde*. Foi signatário da Profissão de Fé Republicana, formulada por estudantes gaúchos em 1881, e em 1883 transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, como integrante de um grupo de 93 estudantes republicanos. Formou-se em 1884 e a partir de então engajou-se na propaganda abolicionista e republicana. De volta a São Borja, fundou, junto com o irmão Álvaro, o jornal *O Município*, e criou com seus correligionários o Clube Republicano, autor da moção plebiscitária de 13 de janeiro de 1888, que propunha a realização de um plebiscito nacional sobre a sucessão em caso de morte do imperador.

Proclamada a República, esteve à frente da Superintendência de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Em setembro de 1890 foi eleito deputado federal constituinte na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Assumiu o mandato em 15 de novembro, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a partir de maio passou a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893, integrando as comissões de Instrução, Fazenda, Revisão do Código Penal e Orçamento. Durante a Revolução Federalista (1893-1895), alinhou-se com os positivistas de Júlio de Castilhos e fundou em Porto Alegre o jornal *A República*. Em 1896 rompeu com os castilhistas e, na companhia de Demétrio Ribeiro e Francisco Miranda, abriu uma dissidência no PRR, denunciando o abandono dos princípios defendidos na luta republicana pelo partido histórico.

Reconciliado com os líderes republicanos locais, voltou à cena política apenas em 1906, quando foi eleito deputado federal. Reeleito em 1909, ao longo de dois mandatos consecutivos exerceu, na Comissão de Finanças, o papel de relator dos orçamentos de pensões, Marinha, receita geral e tarifas alfandegárias. Alguns de seus pareceres foram

publicados em livro. Estudioso não apenas de economia, mas também de história, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1913. Mais uma vez eleito deputado em 1914, no início do mandato foi nomeado pelo presidente Venceslau Brás presidente do Banco do Brasil. Durante a Primeira Guerra Mundial, adotou medidas para conter a saída de ouro para o exterior. Com apoio do Congresso, realizou uma mudança radical em relação à política anterior, dando ao banco novas funções. Instituiu a administração de operações de redesconto, que permitiam, em face da escassez de crédito, estimular a circulação de moeda e o financiamento da produção. Em sua gestão o Banco do Brasil ganhou envergadura, crescendo de quatro para 39 o número de agências distribuídas pelo país.

Ao deixar o Banco do Brasil em 1918, ocupou por breve período uma cadeira na direção da empresa Sul América Seguros, e em 1919 foi convidado pelo presidente Eptácio Pessoa (1919-1922) para o Ministério da Fazenda. Manteve a política da administração anterior e criou a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Na conjuntura do pós-guerra, contra as tentativas de mobilização das reservas nacionais, conseguiu quase dobrar o estoque brasileiro de ouro. Segundo analistas contemporâneos, orientava-se pela “escola financeira clássica”. Contribuiu para a remodelação do Tesouro e da Casa da Moeda, a introdução de novos regulamentos, o melhoramento da fiscalização nos portos e a expansão do Banco do Brasil. Deixou projetos de redução de tarifas aduaneiras e criação de zonas francas.

No Distrito Federal, foi ainda catedrático de direito administrativo da Faculdade de Direito e professor da Faculdade de Filosofia e Letras. Também foi membro da diretoria da Liga da Defesa Nacional e fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Morreu no Rio de Janeiro, no dia 14 de outubro de 1924.

Casado em primeiras núpcias com Beatriz Martins Batista, teve três filhos, entre eles o desembargador Homero Martins Batista, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em 1954-1955. Com Alice Castilhos Batista, teve cinco filhos.

Publicou trabalhos parlamentares, conferências e outros escritos de história e economia: *Tiradentes e a República* (1888); *Pela Federação* (1892); *A Revolução e o estado de sítio no Rio Grande do Sul* (1894); *Perfil biográfico de Manuel dos Santos Loureiro* (1900); *A Marinha Nacional* (1910); *Orçamento da Marinha* (1909-10); *Orçamento da Receita Geral* (1911-12-13); *Revoluções brasileiras de 1817 e 1835* (1918); *Revisão das tarifas das*

alfândegas (1921); *Retrospecto administrativo* (1919-1922); *Unificação do padrão monetário* (1923); *Zonas francas nos principais portos do país* (1923); *A tirania legal*; *Os precursores*; *A organização dos Estados*; *A evolução tarifaria*; *Instituições fundamentais da Marinha*.

Paulo Donadio

FONTES: *Federação* (10/8/1925); FRANCO, S. *Partido*; *Jornal do Commercio* (4/9/1913, 15/10/1924); MARTINS, A. *Escritores*.